

MOVIMENTOS ULTRALIBERAIS NO BRASIL – “MOVIMENTO BRASIL LIVRE” E “VEM PRA RUA”

Diego Batista Rodrigues de Oliveira (Ciências Sociais – UEL)
Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado (Orientador)

Desde o início da última década uma onda de protestos acomete o Brasil, principalmente, a partir de meados de 2013. Os desdobramentos desses acontecimentos, somados a conjuntura de crise político-econômica que vivencia o país, abarcaram as insatisfações de diferentes classes e frações de classe, permitindo a ascensão de uma miríade de reivindicações apoiadas em pautas difusas e heterogêneas, perpassando desde demandas progressistas, como saúde, educação, mobilidade urbana, moradia etc., às mais conservadoras, de caráter liberal e contra o governo federal. Diante deste cenário, a partir de 2014, pudemos observar o surgimento de movimentos ultraliberais que adquiriram grande expressividade ao organizarem manifestações e protestos, sobretudo, contra o governo do PT e a presidente Dilma Rousseff, como o “Movimento Brasil Livre” e o “Vem Pra Rua”. Esses movimentos, que se autodeclaram suprapartidários, democráticos e pluralistas, levantam bandeiras que, dentre outras, têm como mote o combate à corrupção e a defesa de um Estado mínimo. É relevante, portanto, compreendermos a relação que esses movimentos estabelecem com as classes médias e frações de classe média, compostas por trabalhadores assalariados improdutivos e trabalhadores liberais não sujeitos as condições de assalariamento, que se fazem presentes nas manifestações organizadas por esses grupos.

Palavras-chave: Movimentos ultraliberais, classes médias, frações de classe.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a temática da “classe média” brasileira tem ganhado relevância na discussão política e acadêmica; seus valores, ideologias e, principalmente, sua atuação ao nível da cena política têm sido foco de debates e pesquisas. Esse tema ganhou corpo a partir da primeira década dos anos 2000, através das transformações que ocorreram na base da pirâmide social brasileira, devido a retomada do crescimento econômico, do avanço da formalização dos empregos, da diminuição da pobreza e da redução da desigualdade social, que proporcionaram o aumento da renda e a maior participação no mercado interno de um estrato da população que ficou conhecido como “nova classe média” ou “Classe C”.

Autores críticos à essa definição, como Pochmann (2012), apontam a insuficiência teórica de tal nomenclatura e reforçam a ideia de que o processo que vivenciamos foi, na verdade, a emergência de uma nova classe trabalhadora. Emergência que ocorreu juntamente com as políticas promovidas pelo governo Lula (2003 -2010), e que tiveram sequência no primeiro governo Dilma (2011-2014), de elevação do valor real do salário mínimo e o emprego de programas e políticas públicas



focalizadas¹, fortalecendo as classes populares “assentadas no trabalho”. (Pochmann, 2012, 10).

Essa nova estrutura socioeconômica, como aponta Boito Jr. (2012), também provocou mudanças no interior do bloco no poder, alterando a relação do Estado com a burguesia, ao proporcionar a ascensão política da burguesia interna² brasileira em detrimento dos interesses da burguesia financeira internacional e seus aliados internos, a “burguesia compradora”, que ocuparam uma posição hegemônica no interior do Estado desde a implantação das políticas neoliberais no Brasil, no início da década de 1990, atingindo seu ápice com as políticas macroeconômicas, sobretudo, do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1997/1998-2002), pautadas pela desregulamentação financeira, abertura comercial e política de privatizações.

A melhora relativa de posição da burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder, oportunizou alterações importantes em relação ao modelo macroeconômico neoliberal dos anos 1990, embora sem superá-lo. As políticas promovidas pelos governos PT, a partir de 2003, deram início ao “neodesenvolvimentismo” brasileiro, que é o projeto de desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico (Boito, 2012, 69), visto que o deslocamento hegemônico no interior do bloco no poder não provocou mudanças políticas amplas, já que ambas as frações da burguesia (burguesia compradora e grande burguesia interna) “integram o mundo do grande capital” (Boito, 2012, 75). O que as diferenciam, portanto, é que o interesse da primeira está na expansão sem limites do imperialismo, enquanto que a segunda objetiva impor limites a essa expansão.

Os governos Lula e Dilma, estabeleceram uma fase política distinta daquela que marcou a década de 1990, sobretudo no período FHC. As políticas econômicas e sociais adotadas em ambos os governos do PT afetaram, principalmente, as classes dominantes e as classes populares. Para obter uma melhora relativa de posição no interior do bloco no poder, a grande burguesia interna se apoiou numa “frente política neodesenvolvimentista” (Boito Jr., 2013, 31) ampla e repleta de contradições, que tem o PT enquanto seu representante político e, como base de apoio, trabalhadores organizados (operários sindicalizados, CUT, etc.) e o “subproletariado” que foi o grande beneficiário das políticas sociais³. Os desdobramentos político-ideológicos que resultam dessa conjuntura adquirem certa singularidade, uma vez que a incorporação desse contingente considerável da população ao mercado de consumo interno foi uma exigência central da política neodesenvolvimentista, que alterou a base de sustentação política do PT (Singer, 2009).

¹ Política de cotas sociais e raciais; Bolsa Família; Programa Universidade para Todos (PROUNI); Minha casa, minha vida; etc.

² Para Boito Jr. (2002, 67), seguindo Poulantzas, a fração interna, nos países dependentes, ocuparia uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional (passível de adotar posições anti-imperialistas) e a burguesia compradora, umbilicalmente atrelada ao capital imperialista.

³ André Singer (2012), comenta que a base de apoio eleitoral do PT e do “lulismo” passa a ser, a partir da reeleição do Lula em 2006 o “subproletariado”, ou seja, os trabalhadores precarizados que tiveram uma melhora na situação econômica a partir do primeiro governo Lula.



Ademais, não podemos desconsiderar o fato de que na última década uma parcela considerável da força de trabalho assalariada de base aumentou sua participação na renda nacional e vivenciou uma queda significativa da sua condição de pobreza. Se, por um lado, isso não significa que esses trabalhadores tenham entrado na “classe média” (Pochmann, 2012, 20-1); por outro, tal cenário nos coloca um problema, que é a relação das classes médias, propriamente ditas, com esses setores da força de trabalho que não apenas aumentaram sua participação no mercado consumidor, como também se viram beneficiados por programas governamentais de redistribuição de renda e de políticas afirmativas que vão contra o critério da “meritocracia”, à qual a classe média é bastante apegada. Outra questão que esse quadro nos remete, diz respeito ao posicionamento da classe média frente ao Estado brasileiro, principalmente após o estágio de “esgotamento” pelo qual passa o modelo neodesenvolvimentista, que nos últimos anos vivencia um período de queda nas taxas de crescimento econômico, seguido pelo aumento relativo da inflação.

1. O DEBATE SOBRE AS CLASSES MÉDIAS

No decorrer do século XX, o modelo capitalista ampliou suas formas de acumulação de capital, passando a explorar os serviços e a produção imaterial⁴. Neste período pudemos presenciar a formação de grupos assalariados com características distintas daquelas que definem o proletariado tradicional e que não se resumem a modelos de produção pretéritos. Isso impactou profundamente na estrutura social ocupacional ao promover um aumento expressivo de trabalhadores assalariados não-manuais, ligados a atividades técnico-científicas e administrativas, que exercem funções burocráticas e de gerência, não somente nas empresas privadas, como também nos setores do Estado.

A ascensão desses estratos sociais intermediários, ou “classes médias”, promoveu um imenso debate que aventava refutar as análises marxianas. O surgimento de um terceiro elemento que não se enquadrava nem na burguesia e nem no proletariado mostrava a “insuficiência” teórica, segundo a leitura de autores como Wrigth Mills (1951), Lockwood (1958) e Goldthorpe (1969), da tese, atribuída a Marx, de polarização (social, política e demográfica) entre proletários e proprietários dos meios de produção (Cavalcante, 2012).

Cavalcante (2012), em *Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*, não apenas discute as teses que, no decorrer do

⁴ Essas transformações proporcionaram o surgimento de teses que consideraram as categorias e os conceitos formulados para explicar a “sociedade industrial”, insuficientes para compreender as relações sociais contemporâneas. Essas teses questionam a validade da teoria marxista do valor-trabalho, alegando que, com o desenvolvimento da ciência e das tecnologias de informação, a produção material imediata passou a necessitar de pouco trabalho vivo para a reprodução de mercadorias e que o trabalho mais significativo, no sentido estrutural, não está mais relacionado à transformação material, e sim a produção de bens intangíveis como conhecimento e informação, portanto, o trabalho imaterial. Para uma crítica a essa concepção ver Prado; Pinto, 2014 e Cavalcante, 2014.



século XX, buscaram inserir o conceito de classes médias na teoria social como forma de contrapor as análises de Marx, como também procurou demonstrar as razões teóricas e políticas que determinam a posição incômoda que o conceito possui no interior da teoria marxista, a fim corroborar com a tese, com a qual nos identificamos, de que o marxismo apresenta elementos importantes para a compreensão do tema das classes médias na sociedade contemporânea.

Como o objetivo deste trabalho é compreender a posição política-ideológica das frações que compõem as classes médias diante de uma conjuntura política específica, a saber, o “esgotamento” do modelo neodesenvolvimentista brasileiro, buscaremos identificar, a partir do debate marxista, quais os efeitos que a lógica do capital produz nas ações das classes médias. Para isso, temos como ponto de partida o estudo das análises de Nicos Poulantzas sobre os efeitos político-ideológicos potencialmente pertencentes às classes médias. Assim, pretendemos abordar os condicionantes materiais e objetivos que formam as classes médias e como eles determinam o seu relacionamento com as demais classes.

Poulantzas (1975) argumenta que para definir as classes sociais é necessário pensa-la no conjunto de suas práticas sociais, isto é, a partir do “seu lugar no conjunto da divisão do trabalho”, e na relação que se estabelece entre determinação estrutural e posição de classe na conjuntura⁵, pois, dessa forma, podemos mensurar as relações políticas e ideológicas na sua determinação (p.14-16). Dessa maneira, a definição de “nova pequena burguesia”⁶ não fica restrita aos trabalhadores assalariados improdutivos, pois permite incorporar também frações produtivas do “trabalhador coletivo”⁷, levando em consideração sua relação com o trabalho mais intelectual e qualificado (engenheiros, executivos, técnicos), pelo fato de exercerem influência em seu pertencimento de classe e em suas condições políticas e ideológicas conjunturais.

Neste aspecto, ressaltamos também as análises de Décio Saes que utiliza o conceito de “nova classe média” em contraposição ao conceito “nova pequena burguesia”, uma vez que a primeira não possui o apego ao individualismo de pequeno proprietário, que seria uma característica da pequena burguesia tradicional, mas se vinculada a ideologia meritocrática, que estabelece uma distinção entre trabalho manual e intelectual. Saes (1977) vai desenvolver essa questão ao dialogar com Arno Mayer em *Classes médias e políticas de classe (uma nota teórica)*. Segundo o autor, o fenômeno da classe média pode ser considerado como uma questão de estratificação social, se entendida esta enquanto aspecto da ideologia dominante que reduz a divisão capitalista

⁵ Para Poulantzas, a “determinação estrutural” refere-se à luta econômica, política e ideológica de classe, enquanto que a “posição de classe” é a forma pela qual essas lutas se expressam na conjuntura (1975, p.16).

⁶ Poulantzas (1977) utiliza-se do termo “nova pequena burguesia” para se referir aos estratos intermediários ou classes médias.

⁷ No *Capítulo Sexto Inédito d’ O Capital*, Marx afirmara que com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, cada vez mais uma capacidade de trabalho socialmente combinada se converte no agente real do processo de trabalho em seu conjunto, em que alguns trabalham mais com as “mãos” e outros com a “cabeça”, constituindo assim um *trabalhador coletivo* (Marx, 2009, 78-9).



do trabalho à uma hierarquia do trabalho (Saes, 1977, p. 99), pois, dessa forma, camufla a contradição entre capital e trabalho, a partir do sentimento de superioridade do trabalho “não-manual” em relação aos trabalhos manuais. A ideologia meritocrática naturaliza a hierarquia no trabalho, considerando “a divisão entre trabalho material e intelectual como resultado legítimo dos esforços, competências e habilidades de cada indivíduo” (Cavalcante, 2012, 321).

É importante destacarmos o fato de que a ideologia meritocrática não é sinônimo de ideologia burguesa. A primeira evidência o medo da proletarização e naturaliza a hierarquia do trabalho, que funciona como uma forma de preservar uma posição privilegiada para um conjunto de trabalhadores assalariados intelectuais. Por sua vez, a ideologia burguesa exalta o trabalho em geral e, ao se apoiar na noção de mérito, o faz com o objetivo de propagar a ideia de ascensão social em razão do esforço individual.

Para Saes (1985), o conceito de “classe média” diz respeito somente aos trabalhadores assalariados improdutivos, de sorte que a divisão no interior desta remeteria a uma questão de “estratificação social” (escala de qualificação, hierarquia salarial, nível de consumo, etc), ou seja, a organização técnica do trabalho impõe alguns limites, impedindo que a posição que esses trabalhadores improdutivos ocupam na organização social de produção (no processo de produção) se manifeste imediatamente sem a mediação no plano político ideológico (Saes, 1985, p. 9).

Por sua vez, Milios e Economakis apontam que a nova pequena burguesia à qual Poulantzas se referiu seria portadora de interesses estratégicos próprios de classe, tanto pela sua relação de exterioridade em relação à propriedade privada dos meios de produção (seus componentes são não-proprietários), quanto pela sua relação especial, de interioridade aos aparelhos de Estado⁸. Isso explica, segundo os autores, o fato de que em diversos momentos históricos tal fração tendeu, como força política, ao reformismo e ao estatismo (Milios & Economakis, 2011, 79). De fato, a determinação estrutural da classe média assalariada (definida enquanto aquela que exerce ao mesmo tempo função de trabalho e de capital no interior do processo de trabalho) a distingue não apenas nas relações econômicas, como também nas relações políticas e ideológicas em relação às demais frações de classe média, como a pequena burguesia tradicional e a média burguesia⁹.

No entanto, para o desenvolvimento desta pesquisa, faz-se necessário o aprofundamento dessas análises, relacionando-as à obra de Marx e Engels e às produções contemporâneas que sugeriram de acordo com as novas demandas estabelecidas pelas transformações ocorridas na sociedade capitalista, sobretudo, a partir das mudanças no mundo do trabalho. Assim, pretendemos compreender as questões

⁸ Como o próprio Poulantzas pôde argumentar, a burocracia estatal compõe uma categoria social específica, dotada de relativa autonomia face ao Estado capitalista, embora esteja ela própria inserida em relações de classe (1975, 201-2).

⁹ Milios e Economakis (2011) vão utilizar o termo “classes médias” para se referir a “pequena burguesia tradicional”, “nova pequena burguesia” e “média burguesa”, entendendo-as, em conjunto, como uma totalidade não homogênea de classe.



que envolvem um debate mais amplo em torno das classes e frações das classes médias, de forma que possamos adquirir instrumentos para pensa-la dentro da realidade e da especificidade da atual conjuntura brasileira.

2. SUGIMENTO DOS MOVIMENTOS ULTRALIBERAIS

A saber, no ano de 2013, presenciamos uma onda de manifestações que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, e que levaram milhares de brasileiros às ruas das grandes cidades do país. Com demandas muito difusas e genéricas, os protestos se iniciaram com as reivindicações do Movimento pelo Passe-Livre (MPL), contra o aumento das tarifas de ônibus, e adquiriram proporções consideráveis, com as mais variáveis pautas de grupos que protestavam contra a corrupção, contra o PT, contra os partidos políticos, pela volta da ditadura – em casos mais esparsos etc. Durante as manifestações os partidos de esquerda foram hostilizados e os movimentos sociais que originaram os protestos se retiraram, com isso, a bandeira nacional passou a ser a única bandeira aceita e os grupos que ali estavam entoavam palavras de ordem como “o gigante acordou”, “acorda Brasil”, “muda Brasil”. No início de 2015, após a reeleição de Dilma Rousseff, presenciamos uma nova onda de manifestações que tinham em suas pautas atos anti-governo, pelo Impeachment da presidente, contra a corrupção, contra o PT, entre outras.

Posto isto, o problema central que vai nortear este trabalho diz respeito ao posicionamento e a atuação política da classe média brasileira, a partir da organização de grupos como o “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “Vem Pró Rua” em relação ao projeto neodesenvolvimentista brasileiro. Entretanto, estaríamos incorrendo ao erro se partíssemos do pressuposto de que a classe média possui um posicionamento político-ideológico homogêneo. Em *Classe média e sistema político no Brasil*, Décio Saes (1985) realiza um estudo mais abrangente sobre a relação entre a classe média e o sistema político brasileiro, através da análise dos posicionamentos políticos dos “grupos médios” desde a Primeira República até a Ditadura civil-militar no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOITO JR., Armando. *Neoliberalismo e as lutas sociais no Brasil*. Campinas: **Revista Idéias** 9, 13-14, 2002.

_____. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder” . In: BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____; BERRINGER, Tatiana. *Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v.21, n. 47, p. 31-38, Set. 2013.



CAVALCANTE, Sávio Machado. Valor, Renda e “Imaterialidade” no Capitalismo Contemporâneo. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 7, p. 13-30. Jan./Abr. 2014.

_____. *Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. Tese de doutorado. Campinas: IFCH, Unicamp, 2012.

MARX, Karl. *El Capital, capítulo VI inédito: resultados del proceso inmediato de producción*. Ciudad de Mexico: Siglo veintiuno, 2009.

MILIOS, John; ECONOMAKIS, George. Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (uma abordagem crítica da teoria de classes em Nicos Poulantzas). *Crítica Marxista*, Campinas, n. 32, p. 57-84, 2011.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PRADO, Eleutério; PINTO, José Paulo Guedes. Subsunção do Trabalho Imaterial ao Capital. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 70, p. 61-74, Jan./Abr. 2014.

SAES, Décio. *Classe média e políticas de classe (uma nota teórica)*. Contraponto: revista do Centro de Estudos de Ciências Sociais Noel Nutels. Ano II, n. 2, p. 96-102. Rio de Janeiro, 1976.

_____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SINGER, André. *Raízes ideológicas do lulismo*. Novos estudos – CEBRAP, n.85, p. 83-102, São Paulo 2009.

_____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.